

Supremo confirma afastamento de Ibaneis e ordem de prisão de Torres

STF chancela afastamento de Ibaneis e prisão de Torres

Decisões tomadas por Alexandre de Moraes receberam aval de pelo menos sete dos 11 ministros no plenário da Corte

Ao menos sete dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram por manter os despachos que determinaram o afastamento do governador do Distrito Federal (DF), Ibaneis Rocha (MDB), e a prisão do ex-ministro da Justiça Anderson Torres após bolsonaristas invadirem e deprenderem as dependências do Supremo, do Congresso e do Palácio do Planalto, no domingo.

Os ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, Edson Fachin, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e a ministra Cármen Lúcia acompanharam o entendimento do relator, Alexandre de Moraes, em julgamento no plenário virtual do Supremo – ferramenta que permite que os magistrados depositem seus votos de forma remota.

A avaliação do relator, agora chancelada pelo STF, é a de que

Ibaneis e Torres (esse havia reassumido o posto de secretário de Segurança do DF no dia 2) foram “coniventes” com os extremistas e ignoraram apelos de autoridades para reforçar a segurança na Praça dos Três Poderes.

Ambos os despachos foram analisados em sessão extraordinária que terminaria às 23h59min de ontem. O julgamento foi convocado pela presidente do Supremo, Rosa Weber, em meio ao recesso Judiciário.

Até o fechamento desta edição, faltavam votar os ministros Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, André Mendonça e Kassio Nunes (os dois últimos indicados ao STF por Jair Bolsonaro).

As decisões agora chanceladas pela maioria do Supremo foram dadas no bojo do inquérito sobre atos antidemocráticos.



Vital do Rêgo, presidente da República e Arthur Lira, em cerimônia no Executivo

Alegações

Veja os argumentos usados pelo ministro Alexandre de Moraes para determinar o afastamento do governador do DF e a prisão do ex-secretário de Segurança do DF, atos agora chancelados por maioria do Supremo.

IBANEIS ROCHA

• O despacho que afastou Ibaneis Rocha foi assinado no fim de domingo e contém duras ponderações sobre o que Alexandre de Moraes chamou de omissão “dolosa e criminosa” de autoridades públicas, em especial o governador afastado e o ex-secretário de Segurança do DF. Na avaliação de Moraes, a “escalada violenta de atos criminosos” que resultou na invasão dos prédios do Palácio do Planalto, Congresso e Supremo só poderia “ocorrer com a anuência, e até participação efetiva, das autoridades competentes pela segurança pública e inteligência”.

• Em rede social, na segunda-feira, Ibaneis escreveu: “Respeito a decisão de Alexandre de Moraes, mas reitero a minha fé na Justiça e nas instituições”. Um dia antes, ele havia pedido desculpa aos presidentes da República, do STF, da Câmara e do Senado pelos ataques às instituições.

ANDERSON TORRES

• Na terça, Moraes decretou a prisão de Anderson Torres, secretário de Segurança do DF de 2 a 8 de janeiro e ex-ministro de Jair Bolsonaro, e do comandante da PM do DF até domingo, Fabio Vieira. Moraes escreveu que Torres e Vieira deixaram de agir para conter “tragédia anunciada” e que não podem “alegar ignorância ou incompetência pela omissão dolosa e criminosa”. Para Moraes, “os comportamentos” de Torres e de Vieira “são gravíssimos e podem colocar em risco, inclusive, a vida” do presidente da República, de congressistas e de ministros do STF. Segundo Moraes, “nada justifica a omissão e conivência” das autoridades. Os decretos de prisões também foram chancelados pelo plenário do STF.

• Vieira foi preso na terça. Torres, de férias na Flórida desde sábado (mesma região onde Bolsonaro está desde o fim de 2022), anunciou: “Irei me apresentar à Justiça e cuidar da minha defesa (...). A verdade prevalecerá”. Segundo apuração da CNN Brasil, Torres apresentou, ontem, pedido de reconsideração de sua prisão ao STF, alegando que fez tudo o que podia para evitar os atos de domingo. Porém, a solicitação teria ocorrido antes da decisão do plenário e novo pedido poderia ser feito.

Lula diz que golpistas são “alopradados”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou golpistas que deprederam prédios públicos na Capital Federal de “alopradados” e disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro não quer aceitar a derrota na eleição. Poucos dias após os edifícios dos três poderes serem invadidos, Lula se reuniu com deputados e senadores para receber, em um ato simbólico, o decreto de intervenção na segurança pública do Distrito Federal aprovado pelo Congresso.

– Lamentavelmente, o presidente que deixou o poder no dia 31 não quer reconhecer a derrota. Ainda hoje vi declarações dele não reconhecendo a derrota. Ou seja, eu só posso considerar um grupo de alopRADADOS, um grupo de gente com pouco senso de ridículo. (...) Pessoas alopRADADAS que ainda não entenderam que a eleição acabou – disse Lula na reunião com os parlamentares.

Na noite de terça-feira, Bolsonaro compartilhou vídeo em rede social com questionamentos ao resultado eleitoral, mas apagou a publicação três horas depois. Autoridades avaliam que a teoria conspiratória de fraude eleitoral pode ter estimulado os golpistas a invadirem e deprederem as sedes do Congresso, do Palácio do

“

Só posso considerar um grupo de alopRADADOS, um grupo de gente com pouco senso de ridículo.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República ao falar sobre extremistas apoiadores de Bolsonaro

Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF), no domingo.

No dia da invasão, Bolsonaro apenas escreveu em rede social que depredações e invasões de prédios públicos “fogem à regra” e criticou manifestações da esquerda. “Ao longo do meu mandato, sempre estive dentro das quatro linhas da Constituição respeitando e defendendo as leis, a democracia, a transparência e a nossa sagrada liberdade”, publicou o ex-presidente.

Ontem, Lula citou a ação do PL, partido de Bolsonaro, na Justiça para tentar invalidar os votos de determinadas urnas, com alegações infundadas de erro nos equipamentos. O ministro Alexandre de Moraes refutou os argumentos e estabeleceu multa de R\$ 22,9 milhões à legenda por má-fé.

– Mesmo assim, tem gente que quando conta a primeira mentira

não consegue mais parar de mentir porque é preciso justificar a primeira mentira para o resto da vida. É isso que está acontecendo neste país – disse Lula.

O presidente da República afirmou que não gostaria de ter feito a intervenção federal na segurança do DF, mas que é preciso punir quem não respeita a lei e a ordem democrática.

– Todo mundo terá o direito de se defender, a prova da inocência. Mas todo mundo será punido, e eu quero agradecer a vocês por esse gesto – declarou Lula, ao receber o decreto das mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira, e do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, acordou indisposto e com sintomas fortes de gripe, por isso não compareceu. Um grupo de senadores e deputados também esteve na cerimônia, na sede do Executivo.

– O Congresso cumpriu seu papel – disse Vital do Rêgo.

Lira, por sua vez, afirmou que a aprovação do decreto na Câmara mostrou que “aquele plenário estava de pé repudiando os atos de vandalismo, ofensa às instituições e à democracia brasileira”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 7